



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Ata da Audiência Pública do Projeto de Lei nº 139/2018 (Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2019)

Ao vigésimo primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, quarta-feira, no Plenário Geraldo Costa Camargo, da Câmara Municipal de Hortolândia, Estado de São Paulo, na Rua Joseph Paul Julien Burlandy (antiga Rua 02), nº 250, Parque Gabriel, realizou-se a Audiência Pública, convocada pela Comissão de Finanças e Orçamento, para discussão do Projeto de Lei nº 139/2018, que estima a receita e fixa despesa do Município de Hortolândia para o exercício de 2019 (LOA), em cumprimento as determinações contidas no inciso I do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e no art. 44 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Contando com a presença do Senhor Vereador Clodoaldo Santos da Silva, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, dos Senhores Vereadores Cleuzer Marques de Lima – John Lennon, Eduardo Lippaus e Reginaldo Roberto Rodrigues da Costa e das demais pessoas que assinaram a lista de presença. Assim, deu-se a abertura da Audiência Pública às 10 horas, com a palavra do Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o **Senhor Vereador Clodoaldo Santos da Silva**: “Bom dia a todos, sejam todos bem-vindos, tenho a honra e a imensa satisfação de declarar aberta a presente Audiência Pública, que tem por objetivo a discussão sobre o Projeto de Lei nº 139/2018, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Hortolândia para o exercício financeiro de 2019, em R\$860.180.000,00 (oitocentos e sessenta milhões, cento e oitenta mil reais) assim distribuídos: R\$783.720.000,00 (setecentos e oitenta e três milhões, setecentos e vinte mil reais) refere-se ao orçamento fiscal e da seguridade social da Administração Direta, R\$76.460.000,00 (setenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta mil reais) refere-se ao orçamento da seguridade social Instituto de Previdência Municipal, assim sendo, quero dizer a todos os presentes e também às pessoas que estão nos assistindo via web, que a Lei Orçamentária é o instrumento de planejamento utilizado pelos governantes para gerenciar as receitas e despesas em cada exercício financeiro. É importante que se diga também, que a Lei Orçamentária Anual (LOA), é uma lei elaborada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe expressamente o art. 165 da Constituição Federal. Trata-se de uma iniciativa privada indelegável, a omissão do Chefe Executivo na elaboração de qualquer das três propostas orçamentárias, PPA, LDO ou LOA, importa em crime de responsabilidade. É bom que se diga também que o Poder Executivo, na fase da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), realizou Audiência Pública antes de enviar o presente projeto de lei para o Poder Legislativo. A Constituição determina que o orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada ano, também chamado sessão legislativa, porém, a Lei de Responsabilidade Fiscal e também o Estatuto das Cidades, determinam ao Poder Legislativo a obrigatoriedade de também realizar Audiência Pública na fase da discussão do presente projeto de lei, o que demonstra por si só, a importância do Projeto de Lei de nº 139/2018, que trata da Lei Orçamentária Anual, conhecida como LOA, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Hortolândia, assim sendo, não querendo me prolongar na explanação inicial, quero agradecer mais uma vez a todos os presentes e também às pessoas que estão nos assistindo via web, servidores municipais e todas as autoridades aqui presentes, cito o Vereador Eduardo Lippaus, que também faz parte da Comissão de Finanças e Orçamentos e o Vereador John Lennon, também gostaria de agradecer a presença da Tereza Santos, secretária adjunto de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Clodoaldo



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Antes de nós iniciarmos, gostaria de solicitar que o Vereador John Lennon pudesse fazer uma oração inicial". Em seguida, o **Senhor Vereador Cleuzer Marques de Lima – John Lennon**, assume a palavra: "Pedimos a Deus que possa nos abençoar, nos conduzir, nos orientar, nessa importante audiência desta manhã, que assim seja, agora e sempre. Amém". Em seguida, o **Senhor Vereador Clodoaldo Santos da Silva**: "Vou passar a palavra para o Cristiano Rezende Penha, Diretor de Planejamento Orçamentário, que vai então, passar as informações, seja bem-vindo Cristiano. Desejo a todos uma boa Audiência Pública". Em seguida para dar início à apresentação, o **Senhor Cristiano Rezende Penha** assume a palavra: "Obrigado Vereador, bom dia a todos. Vou falar aqui para vocês da Lei Orçamentária Anual 2019, passar aqui as informações. Antes de entrar nos números, eu vou passar uma parte mais teórica, para explicar para vocês um pouquinho do planejamento orçamentário no município, tá bom? Então gente, primeiro falar do Sistema Orçamentário Brasileiro, tudo do planejamento tem que constar nessas três leis, Plano Plurianual, que planeja 4 anos de governo e foi entregue o ano passado; na LDO, que estabelece as principais metas para o orçamento do ano, ela foi entregue no mês de abril, foi aprovada no mês de julho e a LOA que é a Lei Orçamentária Anual, que é o orçamento que vai ser aprovado na Câmara até o final do ano, é o orçamento que vai ser executado, é onde tem a previsão de receita detalhada e a previsão de despesa detalhada para o ano que vem; então o Sistema Orçamentário Brasileiro engloba essas três peças de planejamento. O Planejamento na Gestão Pública vai estar refletido praticamente todo ali no planejamento orçamentário, então o planejamento estratégico do governo, tudo aquilo que o governo definiu como prioridade, como estratégico desde a época da campanha e ao longo do tempo, às vezes as prioridades vão mudando, mas tudo que o governo define como prioridade, que envolva recurso financeiro, vai estar previsto no orçamento de algum jeito. O Planejamento Administrativo, que trata da estrutura administrativa, recursos humanos, capacitação, modernização, também vai estar refletido. E Planejamento e Desenvolvimento da Ocupação do Espaço Urbano e Rural, de alguma forma também pode estar refletido ali no planejamento orçamentário, no PPA, na LDO e na LOA. E para a gente ter uma ideia do que está acontecendo, do que acontece com o orçamento, as políticas públicas de um lado, elas são pressionadas pela demanda da população, da sociedade, por mais educação, saúde, segurança, infraestrutura, cultura, esporte, lazer, diversas políticas públicas que vem essa demanda da sociedade, cada vez querendo uma educação melhor, uma saúde melhor, de mais qualidade, só que isso depende de mais recursos financeiros, só que esses recursos são finitos, a gente tem lá uma previsão de receita e a gente tem que tentar encaixar essas despesas dentro dessa previsão; então você tem uma pressão de um lado da demanda crescente, ainda mais nesses momentos de crise, onde você tem o desemprego elevado, então por exemplo, as pessoas deixam de pagar o convênio médico, deixam de pagar a escola privada e vão atrás do serviço público, então aumenta a demanda nos hospitais públicos, nas escolas públicas e isso, do outro lado você tem a pressão de recursos finitos para dar conta dessa demanda; recursos financeiros, recursos humanos, a própria estrutura, então você tem que tentar equilibrar isso dentro do orçamento. O orçamento público não é muito diferente daquele que a gente faz na nossa casa, a maior parte das despesas dentro do orçamento da Prefeitura são para o custeio, para a manutenção da máquina pública, gasto com pessoal, gasto com materiais diversos, energia, água, telefone, contratos de serviços, manutenção da cidade geral, e o que sobra para investimento é a menor parte, muito pouco, é como na casa da gente, quando sobra no final do mês, não sobra muito para você fazer um investimento ali na sua casa ou comprar um eletrodoméstico, trocar o carro, então na Prefeitura não é muito diferente, a parcela que sobra para investimento é a menor parte, a grande parte vai para o custeio da máquina; depois a gente vai ver os gráficos que mostram exatamente isso. Então lá você tem as Diretrizes Estratégicas do Governo,

Clodoaldo



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

definir o que é prioridade, o que vai ser feito, quais as áreas que vão ter mais recursos, e no PPA você planeja, na LDO você vai orientar e na LOA você vai executar essas políticas públicas que foram definidas, está bom? Então lembrando que a gente tem o PPA 2018-2021, que foi feito o ano passado, e agora a gente está fazendo a LOA 2019, já estamos ali no segundo ano do PPA que vai até 2021, que é o primeiro ano do próximo governo. Apenas aqui para mostrar para as pessoas e para os vereadores, a diferença que tem entre o PPA, LDO e a LOA, quando você olha lá o anexo, principalmente o anexo que traz ali as despesas, no PPA e na LDO, coloca a dotação orçamentária até a classificação programática, então pega a classificação institucional, que mostra a que órgão, a que unidade pertence aquela despesa; a funcional, que vai mostrar a que área do orçamento, ali no caso eu dei um exemplo da educação, a área e a subárea, no caso função educação e subfunção educação infantil, a programática que é o programa e a ação, programa e ação são ali definidos pela Prefeitura, o nome da ação, tudo isso é feito no PPA. Na LOA a gente vai detalhar essa despesa, aí eu vou dizer por exemplo, no exemplo lá de cima que é uma despesa de capital, no exemplo de baixo é uma despesa corrente, então em cima é um investimento, embaixo é uma despesa corrente, em cima eu estou ali colocando uma despesa para obras e instalações, então é uma despesa de capital, embaixo eu estou colocando uma despesa para material de consumo, como compra de material de consumo, então é uma despesa corrente, e lá em cima eu estou detalhando que a fonte de recurso que vai cobrir essa despesa é o Tesouro e embaixo é uma fonte federal, então a gente vai ver depois também, tem um gráfico mostrando isso, que o recurso que tem no orçamento no município, ele não vem só do município, ele vem do Governo Estadual, do Governo Federal, tem a parte do Instituto de Previdência, tem empréstimos, tem várias fontes. Então para ficar claro, na LOA, diferente do PPA e da LDO, a gente está detalhando essa despesa até o nível da fonte de recurso, então fica claro o que você vai fazer com o recurso e de onde está vindo o dinheiro para fazer isso, está bom? É possível ver isso lá nos anexos, quando você pega os anexos, principalmente o anexo de despesa por unidade da LOA, você vê isso lá claramente. As etapas do processo de elaboração da LOA que a gente tem repetido essa metodologia de elaboração do orçamento desde que eu estou aqui, estou aqui na Prefeitura desde 2006 e desde aquela época, a gente monta o orçamento mais ou menos desse jeito. A primeira coisa que a gente faz é o cálculo da previsão da receita, então com base na arrecadação dos anos anteriores e desse ano até o mês de agosto mais ou menos, cada receita é corrigida de uma forma diferente, algumas pela inflação, pelo IPCA, outras a gente leva em conta a variação do PIB, o Índice de Participação no Município no caso do ICMS, o histórico dessa receita e várias receitas, a gente tem a receita tributária que envolve o IPTU, o Imposto de Renda, o ISS, o ITBI e as Taxas, as Receitas de Contribuições, a Previdência Social e da CIP, a parte da previdência é o Instituto de Previdência que faz essa previsão para a gente, a Receita Patrimonial dos juros de recursos vinculados e não vinculados, Transferências Correntes, recursos que vem do Governo Estadual e Federal, como o FPM, o SUS, Receitas do Fundo de Assistência Social, Fundo da Educação, do ICMS, do IPVA, FUNDEB e outras, outras Receitas Correntes, nós temos as multas, dívida ativa, indenizações e a parte de Receita de Capital, operações de crédito e convênios, estou dizendo porque é importante que a gente faça primeiro a previsão da receita e depois a gente faz a previsão da despesa, encaixando a despesa dentro dessa previsão de receita, sem inflar a receita para adequar aquela despesa que você está querendo fazer, na verdade você tem que adequar a sua despesa à receita que você tem, fazendo a previsão de receita de forma real, sem superestimativas, sem inflar a receita apenas para caber tudo que o Governo tem vontade de fazer. Então depois de fazer a previsão da receita que a gente até encaminha aqui para a Câmara nas premissas de receita, detalhada a forma que a gente calculou, a gente manda até o finalzinho de agosto, aí no mês de setembro a gente faz a previsão de despesa com



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

base nos gastos que você tem atualmente com reajustes previstos, ampliação da máquina pública, caso tenha alguma coisa, convênios de cada área, e aí você faz a previsão da folha de pagamento, que não pode ultrapassar o limite de 51,30% da receita corrente líquida, a dívida do município, a gente tem que prever com juros e amortização, o repasse da Câmara, até 6% de um grupo de impostos, os contratos, garantir os recursos para a continuidade de todos os contratos que tem em andamento na Prefeitura, as obras, também garantir os recursos para as obras que já estão em andamento, antes de colocar uma coisa nova, uma obra nova, eu tenho que garantir primeiro aquilo que já está em execução, outros custeios diversos, luz, água, telefone, combustível, materiais diversos e por aí vai, tem diversos custeios da Prefeitura que eu não posso deixar de colocar no orçamento, senão eu não ter recurso para pagar uma conta de luz, água, telefone, coisas básicas, e aí, se depois de tudo isso tiver uma folga no orçamento, aí sim a gente pode pensar em colocar coisas novas dentro do orçamento, e é muito difícil, nos últimos anos por conta dessa crise, a receita não está crescendo tanto como dez anos atrás por exemplo e aí você tem dificuldade na hora de montar o orçamento, de colocar todas as despesas, realmente tem sido complicado, vamos esperar que nos próximos anos as coisas melhorem. Então isso daqui foi uma introdução para o pessoal entender como que é o orçamento, como que é montado o orçamento. Agora eu vou passar para vocês os números mesmo, como que ficou a LOA 2019. Olha, aqui a previsão da receita, mas da Receita Corrente Líquida, a receita mesmo foi falada a previsão de R\$860.180.000,00 (oitocentos e sessenta milhões, cento e oitenta mil reais) e tal, mas essa aqui é a evolução da Receita Corrente Líquida, estou colocando a Receita Corrente Líquida porque a Receita Total envolve algumas receitas que por exemplo, a Receita de Capital, que é específica, ela é carimbada para obras no Município, então, tanto que a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela usa como parâmetro para várias... gasto com a folha, a Receita Corrente Líquida, então eu estou colocando aqui a evolução da Receita Corrente Líquida para a gente ter uma ideia do que está acontecendo no Município. Olha, em 2016 foi arrecadado quase R\$620.000.000,00 (seiscentos e vinte milhões de reais), em 2017, R\$634.000.000,00 (seiscentos e trinta e quatro milhões de reais) quase, então um crescimento de apenas 2,3%, não deu nem a inflação, para 2018, a gente está projetando arrecadar a Receita Corrente Líquida R\$644.000.000,00 (seiscentos e quarenta e quatro milhões de reais), é um crescimento de menos de 2%, então está muito difícil, vocês podem ver que assim, a evolução ali muita baixa, não está acompanhando nem a inflação, é reflexo da crise, é reflexo de tudo que está acontecendo na economia, isso reflete diretamente na arrecadação do Município. Para o ano que vem, a gente tem uma situação um pouquinho melhor, por quê? Porque nós estamos prevendo uma inflação de 4,25%, que é a previsão do Banco Central na verdade, não é inventada e isso reflete em algumas receitas do Município, o PIB de 2,5%, que era o PIB na época, quando a gente fez a previsão, quando a gente fez o orçamento, era também a previsão do Governo Federal, se eu não me engano, a previsão que estava na LDO do Governo Federal para o ano que vem, 2,5%, que também afeta algumas receitas, e principalmente o ICMS, o índice de participação do Município do ICMS que cresceu 4,9%, para vocês terem uma ideia, nos últimos dois anos, a gente teve uma queda nesse índice de participação do Município, para 2017 a gente teve uma queda de 7%, para 2018 a gente teve uma queda de 8% no índice do ICMS, ou seja, a gente perdeu muito e agora a gente conseguiu recuperar um pouco, então por isso que a minha previsão de receita para o ano que vem, ela tem um salto ali de 6,9%, a gente estava crescendo em torno de 2%, principalmente por conta dessa questão do ICMS que é a principal receita do Município, aí se você tem uma queda no índice de 7%, de 8%, isso afeta demais a nossa arrecadação; e para o ano que vem, a gente está tendo uma recuperação, pequena recuperação, mas já é uma recuperação de 5%, e aí quando a gente fez o cálculo da Receita Corrente Líquida, a gente chegou num crescimento ali de 6,9%, a Receita Corrente

Clodoaldo



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

Líquida então ficou R\$688.000.000,00 (seiscentos e oitenta e oito milhões de reais) nesse orçamento para 2019; aquilo é Receita Corrente Líquida, agora o orçamento, o total do orçamento é R\$860.180.000,00 (oitocentos e sessenta milhões, cento e oitenta mil reais), a maior parte vem de transferências correntes, que é o grupo ali que está com R\$446.000.000,00 (quatrocentos e quarenta e seis milhões de reais), 52% do total, é o grupo onde está o ICMS que é a principal receita, essa receita para o ano que vem está prevista lá em torno de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) de arrecadação, então está lá o ICMS, o FPM, o SUS, o FUNDEB, o FUNDEB tem uma arrecadação de mais de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); recursos da educação como convênios da merenda, convênios da assistência social, então dá esse montante de R\$446.000.000,00 (quatrocentos e quarenta e seis milhões de reais); outra parte significativa é a parte dos impostos, taxas e contribuições de melhoria, onde a gente tem o IPTU, o ISS, o Imposto de Renda, o ITBI, dívida ativa está entrando aí; R\$217.000.000,00 (duzentos e dezessete milhões de reais), a gente tem a parte das contribuições, que são as contribuições dos servidores e a contribuição patronal, é parte do Instituto de Previdência, você tem a receita patrimonial que são os juros, o recurso da Prefeitura fica aplicado durante o ano, então isso rende juros também e tem a parte de transferências; a outra receita corrente é onde tem multas, indenizações, receitas diversas, a parte de operação de crédito se refere ao empréstimo da CAF (coorporação andina de fomento) e também uma parcela ainda daquele empréstimo do PróTransporte, e se não me engano tem também o PMAT (programa de modernização da administração tributária e da gestão dos setores sociais básicos), que é um empréstimo para modernização da Prefeitura; e tem a parte de Transferências de Capital, que são as receitas que vem de convênios com o Governo Federal, Governo Estadual, para obras no Município, obras ou equipamentos, depois no final, a gente vai ver uma lista desses investimentos; as Operações de Créditos e as Transferências de Capital, são recursos que vem praticamente carimbados, só podem ser utilizados naquelas obras ou na compra de equipamentos que aquele convênio, aquele empréstimo determina, não posso usar esse recurso para pagar folha, nem custeio da Prefeitura. Receita por fonte, só para a gente ter uma ideia, então dessa receita total de R\$860.000.000,00 (oitocentos e sessenta milhões de reais), R\$507.000.000,00 (quinhentos e sete milhões de reais) é considerado receita do Tesouro; R\$123.000.000,00 (cento e vinte e três milhões de reais) Convênios Estaduais, porque o Fundeb está aí dentro, não é que o Governo Estadual está repassando tudo isso, é que o Fundeb é considerado fonte estadual e a previsão é quase R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) por aí, então desses R\$123.000.000,00 (cento e vinte e três milhões de reais), R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) é Fundeb, e aí tem outros convênios, tem convênio de merenda, convênio de assistência social, convênio da saúde; a parte ali amarelinha, Recursos Próprios da Administração Indireta, é o Instituto de Previdência com R\$76.000.000,00 (setenta e seis milhões de reais); os Convênios Federais, R\$78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), aí você tem o SUS, você tem recursos da merenda também, outros convênios de obras; e tem as Operações de Crédito, que são aqueles empréstimos que eu falei, da CAF, o PróTransporte e o PMAT. Esse gráfico é para mostrar que, apesar da receita total ser alta, R\$860.000.000,00 (oitocentos e sessenta milhões de reais), quando você vai descontando algumas coisas não sobra tanto assim para a Prefeitura, então a receita total é de R\$860.000.000,00 (oitocentos e sessenta milhões de reais), quando você tira a Câmara e o Instituto de Previdência, você tem R\$756.000.000,00 (setecentos e cinquenta e seis milhões de reais); esse é o orçamento da Prefeitura, R\$756.000.000,00 (setecentos e cinquenta e seis milhões de reais); quando você tira a Câmara, o Instituto de Previdência e tira a Receita de Capital, que é carimbada, você fica com R\$661.000.000,00 (seiscentos e sessenta e um milhões de reais), esse seria o orçamento real da Prefeitura; e quando você tira tudo, tudo que é carimbado, todos os recursos



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

vinculados, e deixa só o Tesouro parte da Prefeitura, porque tem uma parte que ficou lá na Câmara, Câmara é tudo Tesouro que a Prefeitura repassa, então o que ficou para a Prefeitura é R\$ 480.000.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões de reais), então é bem menos que os R\$860.000.000,00 (oitocentos e sessenta milhões de reais), e a gente fala muito do recurso do Tesouro porque além dele ser o maior volume ali dentro do orçamento, ele é o que a gente mais liberdade para movimentar, para gastar, que os outros recursos Estaduais, Federais, são na maior parte deles carimbados, recurso do Tesouro é o que a gente tem mais liberdade. Despesas por órgãos, agora é a parte da despesa, como que a gente distribuiu aí os R\$860.000.000,00 (oitocentos e sessenta milhões de reais)? Então a Prefeitura, os R\$ 756.000.000,00 (setecentos e cinquenta e seis milhões de reais), o Instituto de Previdência, R\$76.000.000,00 (setenta e seis milhões de reais) e a Câmara, R\$27.513.000,00 (vinte e sete milhões, quinhentos e treze mil reais). Por categoria econômica só da Prefeitura, para a gente ter uma ideia de como está distribuído, que tipo de gasto que a gente tem aí dentro dos R\$ 756.000.000,00 (setecentos e cinquenta e seis milhões de reais); pessoal e encargos, R\$340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais), pegando 45% desse total; outras despesas correntes, que basicamente o custeio da máquina, todos os contratos, prestação de serviços, materiais, gastos com energia, água, telefone, está tudo aí dentro, R\$290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de reais), 38% do orçamento; amortização da dívida, R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) na amortização; reserva de contingência, um pouquinho, nem pode ser considerado uma reserva de contingência, o ideal é que você deixasse aí 1% do orçamento, que você deixasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), mas a gente não consegue, o orçamento está tão espremido que você não consegue deixar R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) de lado ali, impossível; juros e encargo da dívida, R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), então você vê, juros e amortização da dívida, quase R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), se considerar os precatórios, que estão dentro da parte de despesas correntes, eles são classificados como despesas correntes, aí a gente chega quase em R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), os requisitórios, a Prefeitura tem, todo ano tem que pagar mais ou menos 1% da receita, dívidas judiciais aí que à vezes vem de longa data, de governos anteriores e que você tem que seguir uma ordem cronológica para pagar e até o montante, para nós, é em torno de 1% da receita corrente líquida, dá em torno de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) por ano, é dívida, ela só não classificada como uma dívida, ela é classificada como precatório, mas é uma dívida; e aí investimentos, o que eu falei aquela hora no começo, aquele quadrinho em que o orçamento público não é tão diferente do orçamento que a gente tem em casa, quanto que sobra para investimento? Olha só quanto que sobra, perto do total aí, mas até que nesse caso de Hortolândia, 13% não é um percentual ruim, a maioria dos Municípios tem menos de 5%, o Governo Federal acho que não chega nem a 3% de investimento, nós estamos falando de 13%, só que a gente não pode esquecer que esse percentual elevado, esse valor de quase R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) de investimento se deve aos empréstimos previstos, aos convênios com o Governo Federal, Estadual, porque se fosse considerar só a parte de recurso próprio, aí seria bem menos, a gente depende muito desse convênios e desses empréstimos para realizar os investimentos aqui na cidade. Despesa por secretaria da Prefeitura, do total ali da Prefeitura, então a gente tem ali que é a educação, orçamento da educação que é R\$212.000.000,00 (duzentos e doze milhões de reais), 28% desse total; a saúde, R\$201.000.000,00 (duzentos e um milhões de reais), 27% do total; obras e serviços urbanos, R\$129.000.000,00 (cento e vinte e nove milhões de reais), porque que obras e serviços urbanos tem um valor alto? Bom, alguns contratos grandes, tipo limpeza urbana, então o contrato do lixo está aí dentro, a parte dessas obras, desses empréstimos, grande parte está dentro da Secretaria de Obras,

Assinado



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

então ela fica com o orçamento elevado por conta disso; finanças também tem um orçamento elevado ali de quase R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), a folha está distribuída em todas as secretarias, em finanças é porque as dívidas, os precatórios, estão ali dentro de finanças, então fica com o orçamento elevado por conta disso; e aí tem as outras secretarias com valores menores, mas vocês podem ver pelo gráfico que saúde e educação pegam metade do orçamento, obras pegam mais um tanto e o resto você tem que distribuir entre várias secretarias, então o orçamento fica muito apertado, bem complicado por conta disso. Aquele percentual do outro gráfico não era o percentual de aplicação no ensino, aquele era o percentual da despesa daquelas secretarias em relação ao total do orçamento, agora aqui é a aplicação no ensino, como que é calculado tudo isso? Você tem um grupo de impostos e transferências, os principais impostos e transferências do Município, IPTU, IPVA, Imposto de Renda, ICMS, FPM, ISS, ITBI e por aí vai, dá um total de R\$541.000.000,00 (quinhentos e quarenta e um milhões de reais), e aí você tem lá as despesas da saúde e da educação que são bancadas pelo recurso do Tesouro nessas secretarias; então ali na saúde, R\$152.000.000,00 (cento e cinquenta e dois milhões de reais), o orçamento da saúde é maior do que isso né, a gente viu no outro gráfico, é R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e pouco, por quê? Porquê tem o recurso do SUS, aqui eu estou falando só do recurso do Tesouro, então olha, recurso do Tesouro, R\$152.000.000,00 (cento e cinquenta e dois milhões de reais), 28%, então a gente aplica 28%, a previsão para o ano que vem, 28% de gasto com a saúde, sendo que o mínimo obrigatório é 15%, a gente está quase o dobro, acho que a maioria né, a saúde tem um custo muito elevado, tudo que é relacionado à saúde, os serviços, os materiais, os profissionais, a gente sabe que é um serviço caro; ali o quadrinho fechou mas a educação estava R\$135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais) de recurso próprio e 25%; e o resto ali, R\$253.000.000,00 (duzentos e cinquenta e três milhões de reais), quase 47%; então a gente pode vê que saúde e educação, ensino, pegam mais da metade dessa receita de impostos e transferências e o resto, quando você tem mais treze ou quatorze secretarias para dividir o restante dos recursos. Essa aqui foi uma emenda modificativa que a gente encaminhou para vocês, acho que vocês devem ter visto já, depois que a gente encaminhou o orçamento para cá, quase um mês depois a Secretaria de Saúde informou que teria uma previsão de receita maior para o SUS, nessa receita aí do MAC, que é média e alta complexidade, uma receita de R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais) a mais, então a gente mandou essa emenda modificativa para corrigir o orçamento, já deixar previsto essa receita, então o que a emenda modificativa está fazendo? Ela está aumentando a receita do SUS, do MAC, de R\$27.840.000,00 (vinte e sete milhões, oitocentos e quarenta mil reais) para R\$38.840.000,00 (trinta e oito milhões, oitocentos e quarenta mil reais), e em contrapartida a essa elevação da receita a gente está aumentando a despesa também, que é receita do SUS, então tem que aumentar a despesa do SUS; então a despesa da saúde naquela dotação orçamentária, que é da gestão dos serviços de saúde, ela está passando de R\$21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) para R\$32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), exatamente os R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais) que a gente aumentou na receita, na previsão de receita, a gente está aumentando na previsão de despesa da saúde, é recurso carimbado do SUS, não posso pegar esse recurso e jogar em obras por exemplo; e a gente aproveitou que teria que enviar essa emenda modificativa da saúde para fazer uma correção no recurso nessa dotação de baixo, eu estou retirando R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) nessa dotação de Locação de Máquinas e Equipamentos que é lá de obra e serviços urbanos para aumentar R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) na dotação do Programa de Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável de Hortolândia, isso se refere aos projetos da CAF, as obras da CAF que vão ser executadas, a gente tem que fazer os projetos dessas obras, então uma parte já está sendo feita esse ano e a outra parte vai ter que ser feita

Acobalado



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

o ano que vem, projeto em contrapartida, então a gente teve que aumentar essa dotação de R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais) para R\$2.136.000,00 (dois milhões, cento e trinta e seis mil reais), na verdade a gente tirou R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos reais), eu falei R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), mas a gente tirou R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos reais) da dotação de Locação de Máquinas para esse Programa de Infraestrutura. Bom, agora a gente vai dar uma olhada nos principais investimentos e ações, a gente sempre encaminha com as peças orçamentárias, esse quadro de principais investimentos e ações, que não são apenas investimentos, não são obras, não apenas obras e compras de equipamentos, tem algumas ações aí que são programas específicos de cada secretaria que a gente acha que merece um destaque, que tem uma importância dentro dessas secretarias, então a gente está colocando aqui, então é custeio da secretaria, são programas sociais que a gente tem que pegam uma boa parte do recurso, do orçamento, que a gente destacou aqui; então lá no governo, esse “Projeto Viva Mais” de políticas públicas para mulheres, deficientes, igualdade racial, juventude e idosos, com R\$230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), o serviço de publicidade e propaganda, que é o valor do contrato para 12 meses, R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), fonte de recurso, Tesouro; a inclusão social tem o “Programa Qualifica Cidadão”, R\$1.682.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e dois mil reais), tem o “Fundo Municipal de Assistência Social” que tem diversas ações dentro desse fundo, com R\$3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais) de recurso próprio e R\$2.895.000,00 (dois milhões, oitocentos e noventa e cinco mil reais) de recurso externo que é estadual e federal, tem a parte de segurança alimentar e nutricional com R\$594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil reais), “Fundo da Criança e do Adolescente”, FUNCRIA, que é recurso do fundo, R\$131.000,00 (cento e trinta e um mil reais), apoio a iniciativa profissionalizantes e do trabalhador, Centro de qualificação profissional e economia solidária, tem R\$1.270.000,00 (um milhão, duzentos e setenta mil reais), recurso do Tesouro; na Educação, a gente destacou o “Bolsa Creche” com R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais), recurso do Tesouro, tem a continuidade das obras da EMEI do Jardim Novo Ângulo com R\$186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais) do Tesouro e R\$539.000,00 (quinhentos e trinta e nove mil reais) de recurso federal, a parte de alimentação escolar que é a merenda, olha o valor da merenda, quase R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), com R\$3.885.000,00 (três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil reais) de recurso do Tesouro e R\$26.247.000,00 (vinte e seis milhões, duzentos e quarenta e sete mil reais) de recurso estaduais e federais que a gente recebe dos convênios para custeio da merenda, do Estado e da União, que vai tudo para alimentação escolar, lembrando que aquela parte de recurso próprio, os R\$3.885.000,00 (três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil reais) isso não conta como aplicação no ensino, lembra aquele recurso próprio que eu mostrei, que dá os 25%, esse R\$3.885.000,00 (três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil reais) está fora daquilo lá, ele não é considerado aplicação no ensino, apesar de ser gasto com alimentação escolar; cultura, “Música para Todos” um programa bem antigo que tem a escola de música, tem a banda, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), cultura e cidadania e a “Revirada Cultural”, R\$301.000,00 (trezentos e um mil reais) de recurso próprio e R\$80.000,00 (oitenta mil reais) de recursos externos e os eventos culturais com R\$701.000,00 (setecentos e um mil reais); no esporte, construção do campo society Remanso Campineiro que tem R\$138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais) de recurso próprio e R\$390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) de recurso externo, reforma do campo da Confibra, só recurso externo, R\$225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais) e a ação “Esporte para Todos” também, que tem várias coisas lá dentro com quase R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais); no meio ambiente, a recuperação ambiental e recuperação da nascente do Parque Peron, R\$1.140.000,00 (um milhão, cento e quarenta mil reais) de recurso

Handwritten signature/initials on the right margin.

Handwritten signature/initials at the bottom right.



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

próprio e R\$1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) de recurso externo, recurso estadual, a aquisição de um veículo para a fiscalização ambiental e a aquisição de um caminhão pipa, R\$287.000,00 (duzentos e oitenta e sete mil reais) de recurso estadual, educação ambiental, R\$90.000,00 (noventa mil reais), produção e manutenção de mudas, R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais), proteção e bem estar animal e identificação e controle da população de cães e gatos, R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) de recurso próprio e R\$300.000,00 (trezentos mil reais) de recurso externo, resíduos sólidos e implantação de pontos de entrega voluntária, R\$90.000,00 (noventa mil reais) de recurso próprio e R\$246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais) de recurso federal e o “Fundo de Meio Ambiente” com R\$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), recurso do fundo; na habitação, tem o auxílio moradia com R\$1.700.000,00 (hum milhão e setecentos mil reais), a produção e infraestrutura habitacional de obra do Jardim Boa Esperança, para terminar as obras do Boa Esperança, R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) de recurso federal, depois o “Minha Casa Minha Vida”, projetos técnicos sociais em diversos locais, com R\$2.740.000,00 (dois milhões, setecentos e quarenta reais) de recurso federal, vocês podem ver que tem bastante recurso externo aí nas secretarias para ajudar a custear as obras e os programas sociais; obras e serviços urbanos, a maior parte dos investimentos está aqui dentro, você tem R\$8.160.000,00 (oito milhões, cento e sessenta mil reais) na parte da iluminação pública, ampliação e reforma da iluminação pública, a PPP, caso vingue a PPP, que é recurso do Tesouro, mas é da CIPE, aquela contribuição de iluminação pública que todo mundo paga na conta de luz, que vai exclusivamente para pagar iluminação pública na cidade, esse recurso não pode ser usado em outra coisa, não pode ser usado para folha, não pode ser usado para custeio de outra área, tem que ser usado na iluminação pública, “Programa de Infraestrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável” que é o da CAF, R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais) que agora que teve a emenda modificativa, a gente está aumentando e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) de recurso externo, porque o recurso não vem todo no ano, está previsto para vir em três anos, “PróTransporte 2” que é um outro empréstimo que ainda tem uma parte para vir o ano que vem e recurso do Tesouro são R\$470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), tem R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais) de empréstimo ainda, pavimentação da Avenida Emancipação, Estrada Panaino e Rua Osvaldo Carrilho, R\$100.000,00 (cem mil reais) do Tesouro e R\$988.000,00 (novecentos e oitenta e oito mil reais) de recurso externo que é convênio federal, a limpeza urbana, R\$31.600.000,00 (trinta e um milhões e seiscentos mil reais), a locação de máquinas, R\$6.250.000,00 (seis milhões, duzentos e cinquenta mil reais) que a gente diminuiu com essa emenda modificativa, a recuperação e conservação de vias, R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais), recapeamento asfáltico dessas ruas, diversas ruas, R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais) de contrapartida e R\$1.177.000,00 (hum milhão, cento e setenta e sete mil reais) de recurso federal, as obras de infraestrutura urbana e serviços de manutenção, que é um recurso que tem na secretaria para comprar materiais de construção, materiais diversos e outras coisas, R\$2.520.000,00 (dois milhões, quinhentos e vinte mil reais) e o serviço de iluminação pública que também é pago com recurso da CIPE, então a iluminação da cidade, R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais); na mobilidade urbana, R\$4.066.000,00 (quatro milhões, sessenta e seis mil reais) diversas ações voltadas para o trânsito, melhoria, operacionalização, fiscalização do trânsito e viário, R\$200.000,00 (duzentos mil reais) esse é recurso estadual desse movimento paulista de segurança no trânsito: aquisição de equipamentos de sinalização e R\$455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais) para a aquisição de materiais para sinalização viária, também convênio estadual, acho que com o DETRAN, se não me engano e depois o subsídio ao transporte público, tarifa social, com R\$5.265.000,00 (cinco milhões, duzentos e sessenta e cinco mil reais), recurso do Tesouro; este é o



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

último quadro, nós temos na segurança o videomonitoramento com R\$1.230.000,00 (hum milhão, duzentos e trinta mil reais), recurso do Tesouro; na saúde tem várias coisas, os medicamentos que são pagos com recurso do Tesouro e também recurso estadual e federal, as análises laboratoriais e radiológicas, também recurso do Tesouro, R\$4.450.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais) e recurso federal um pouco também, tem o SAMU, uma parte recurso do Tesouro, outra parte recurso federal, você tem a gestão dos serviços de saúde, que a OAS que cuida do hospital, das UPAs, com esse valor elevado, R\$38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais) de recurso próprio e R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais) de recurso externo, você tem recurso para sentenças judiciais, toda hora chega uma sentença judicial para comprar medicamento, algum equipamento, e são equipamentos ou medicamentos muito caros, R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) e aí tem uma sequência de convênios estaduais e federais, programas da saúde, reforma do Novo Ângulo, reforma da UBS Santa Clara, equipamentos para o Centro de Especialidade das Mulheres, reforma do hospital, tem duas emendas ali, equipamentos da USF Santiago, equipamentos, computadores e veículos, também emenda parlamentar, tem também um empréstimo que tinha esquecido, esse Programa de Eficiência Municipal/Sistema de Gestão da Saúde, que é para a compra de um sistema para unificar toda rede de saúde, para facilitar, melhorar o atendimento e o controle mesmo da secretaria; depois no planejamento urbano e gestão tem esse “Programa Cidade Digital” que é fibra ótica, R\$370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), e o “Cidade Ordenada”, R\$300.000,00 (trezentos mil reais); na administração eu coloquei aqui para o pessoal ter uma ideia o apoio ao servidor de todas as secretarias, ele fica concentrado na administração, tem uma parte na saúde e uma parte na educação, mas o programa de apoio ao servidor, que é cesta básica, vale-transporte, plano de saúde, quase R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), recurso do Tesouro e escola de gestão, R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais), e nas finanças tem algumas coisas que achei interessante destacar, o PMAT que é esse “Programa de modernização da administração tributária e da gestão dos setores sociais básicos”, com uma contrapartida de R\$1.387.000,00 (hum milhão, trezentos e oitenta e sete mil reais) e R\$12.479.000,00 (doze milhões, quatrocentos e setenta e nove mil reais) que é operação de crédito e o incentivo ao emplacamento no município com R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), isso é para ajudar a elevar a arrecadação do IPVA aqui no Município, como vocês sabem, metade do IPVA vai para o Estado e a outra metade fica no Município que o carro está emplacado. Então é isso gente, aqui são os principais investimentos e ações, acho que tem bastante coisa, eu achei interessante destacar não só os investimentos mas as ações específicas de várias secretarias para que os vereadores e a comunidade tivessem uma ideia do que a Prefeitura faz com a receita que ela tem disponível no orçamento, é isso, se alguém tiver alguma pergunta, alguma dúvida”. Em seguida o **Senhor Vereador Eduardo Lippaus** indaga: “Bom dia Cristiano, quero cumprimentar todos os presentes, os vereadores presentes na pessoa do nosso Presidente da Comissão, o Vereador Clodoaldo, eu fiz algumas anotações aqui, não sei se é o momento Presidente, podemos já...”. Segue com uma observação o **Senhor Vereador Clodoaldo Santos da Silva**: “Eduardo, só gostaria antes de você fazer as perguntas, agradecer a presença do Vereador Ceará, do Vereador Régis, e aí a gente abre então tanto para os vereadores quanto para o público que está nos acompanhando para fazer as perguntas, pode iniciar vereador”. Em continuação o **Senhor Vereador Eduardo Lippaus** indaga: “Obrigado Presidente; Cristiano, só referente a algumas ponderações que eu fui anotando aqui para a gente tirar alguns esclarecimentos, foi mensurado aí a palavra ‘crise’, momento que estamos vivendo, que é um momento que temos que tomar cuidado inclusive com as finanças domésticas, que você fez a comparativa que seria o mesmo sistema, e aí você colocou aqui para a gente que o cálculo da previsão da receita ela é feita com média nos anos anteriores, até você chegar na atual agora; nós



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

sabemos também que dentro dessa receita está sendo previsto o empréstimo junto ao Banco CAF e este empréstimo, ele foi feito no tocante à moeda corrente 'dólar', nós contraímos o empréstimo em dólar, eu gostaria, se possível, se você pudesse estar dando uma explanada para a gente o que ocasionaria no caso de uma alta ou de uma queda do dólar para a questão de receita de 2019, o que isso implicaria para o orçamento de 2019, para a cidade de Hortolândia, se você pudesse fazer essa gentileza, eu agradeço". Com a palavra, o **Senhor Cristiano Rezende Penha** responde: "É o seguinte, se a gente tiver, por exemplo, uma alta, agora eu não me lembro exatamente, acho que a gente considerou o dólar para calcular aqueles R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) do empréstimo da CAF, eu não lembro exatamente qual o dólar que a gente considerou, em torno de R\$3,80 (três reais e oitenta centavos), alguma coisa assim, mas eu não lembro realmente, mas se o dólar subir em relação ao que a gente deixou previsto no orçamento, significa o quê? Que a gente vai receber em reais mais recursos; agora, esses recursos vêm de acordo com... se for no esquema que era a ponte estaiada, o recurso era liberado de acordo com as medições das obras, então depende muito também do andamento dessas obras, mas vamos supor que venha R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), da previsão que a gente colocou de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), se o dólar aumentar em relação ao que a gente deixou previsto no orçamento, a gente vai receber mais em reais, se dólar cair em relação ao que a gente deixou no orçamento, a gente vai receber menos do que a gente deixou previsto, e aí você vai ter que adequar o orçamento dessas obras dentro desse recurso que você vai ter disponível, só que assim, nós estamos falando no empréstimo, na verdade é para três anos, então as obras vão atravessar vários exercícios, provavelmente têm obras que vão iniciar em 2019 e vão terminar só em 2020, então a liberação vai acontecendo ao longo do tempo, aí vai depender, em cada liberação vai depender muito do dólar daquele dia, o que eu fico mais assim, a preocupação maior que eu tenho, não é nessa fase de liberação dos recursos, eu não acho que vai ter grandes oscilações assim do dólar nesse momento, em questão de um ano e tal, o grande problema é quando você começa pagar essa dívida, que é o que aconteceu com a ponte estaiada; a ponte estaiada quando a gente pegou o empréstimo, o dólar estava mais ou menos R\$1,80 (hum real e oitenta centavos), estava muito baixo, estava menos de R\$2,00 (dois reais), quando a gente começou a receber os recursos, ele já estava ali em R\$2,20 (dois reais e vinte centavos), R\$2,30 (dois reais e trinta centavos), R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos), e aí foi bom, por quê? Porquê quando você convertia, a gente recebia mais reais, que o dólar estava mais caro, só que agora, quando a gente começou a pagar, a gente começou a pagar faz um tempo, mas quando a gente começou pagar a dívida o dólar já estava acima de R\$3,00 (três reais), então isso encareceu muito, como o empréstimo é em dólar, ele tem o juros baixo, mas o empréstimo é em dólar, então se o dólar sobe, ele dá um impacto muito grande para a gente na dívida, esse ano por exemplo, a gente até deu um pouco de sorte nos momentos que a gente pagou, que são duas parcelas da ponte estaiada por ano, uma em abril se eu não me engano e outra em outubro, e nesses dois momentos que a gente teve que comprar o dólar, o dólar não estava tão caro assim, a gente não chegou a pagar R\$4,00 (quatro reais), a gente conseguiu pagar menos, R\$3,80 (três reais e oitenta centavos), nessa última acho que foi R\$3,80 (três reais e oitenta centavos), R\$3,70 (três reais e setenta centavos), por aí, e lá no começo do ano acho que foi em torno de R\$ R\$3,50 (três reais e cinquenta centavos), então a gente não chegou a pagar R\$4,00 (quatro reais), agora se acontecer daqui para a frente do dólar disparar, do lado desse novo empréstimo, ele ajuda nesse momento de liberação do recurso, eu vou receber mais reais porque o dólar subiu, do lado da ponte estaiada ele vai impactar na dívida da ponte estaiada, se o dólar subir agora, e se ele permanecer alto e continuar subindo até a gente começar pagar esse empréstimo novo, ele vai impactar também, vamos supor que hoje a gente pegue esse recurso com o dólar a R\$3,70

Adalberto



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

(três reais e setenta centavos), R\$3,80 (três reais e oitenta centavos) e quando for pagar essa dívida, o dólar já chegou em R\$4,20 (quatro reais e vinte centavos), R\$4,30 (quatro reais e trinta centavos), para a gente, isso é prejudicial, a gente pegou o empréstimo a R\$3,70 (três reais e setenta centavos), R\$3,80 (três reais e oitenta centavos) e vamos pagar ele a R\$4,20 (quatro reais e vinte centavos), R\$4,30 (quatro reais e trinta centavos), então nós vamos pagar mais, bem mais do que a gente conseguiu. Então assim, a gente fica muito dependendo dessas variações da moeda, que nós aqui, Prefeitura de Hortolândia, não temos controle algum sobre isso, nós não podemos fazer nada praticamente, apenas torcer para que não tenha nenhuma disparada, nenhuma oscilação assim tão forte, porque isso, principalmente se for para cima, é muito prejudicial”. Com a palavra o **Senhor Vereador Edvan Campos de Albuquerque**: “O que tende ser mais para cima do que para baixo, o momento que o país vive, que o mundo vive”. Em continuação o **Senhor Cristiano Rezende Penha** esclarece: “É difícil prever o que vai acontecer, eu não acho que vai ter uma disparada, mas também acho que não vai ter uma queda significativa, o mundo mesmo está passando por um momento de turbulência, tem algumas previsões de uma nova crise mundial, não é um momento fácil, então é difícil você fazer uma previsão do que vai acontecer com o dólar, mas ele impacta de qualquer jeito de forma muito forte para a gente”. Novamente com a palavra o **Senhor Vereador Edvan Campos de Albuquerque** questiona: “Quanto já foi pago hoje na ponte estaiada em reais e quanto anos, e hoje o saldo dela?”. Em resposta o **Senhor Cristiano Rezende Penha** esclarece: “Vereador, desculpa, eu não tenho essa informação assim de cabeça, eu teria que levantar lá na Secretaria de Finanças, aí a gente consegue passar para você certinho, mas realmente de cabeça eu sei que a gente paga, a gente duas parcelas anuais para pagar, acho que vão até 2027, 2028, alguma coisa assim, as parcelas têm variado em torno de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), incluindo juros e amortização, mas essa informação realmente eu não tenho aqui de cabeça para te passar mas a gente pode levantar lá na secretaria”. Em seguida, o **Senhor Vereador Cleuzer Marques de Lima** pergunta: “Bom, primeiro eu queria agradecer o Cristiano aqui, parabenizar o Presidente Clodoaldo da Comissão de Finanças, cumprimentar todos os Vereadores e perguntar para o Cristiano, de tudo o que você passou, grande parte vai para custeio, para investir, para construir, para reformar, Cristiano tem alguma outra fonte de receita, é possível fazer alguma coisa na cidade se não houver empréstimo? Para eu entender um pouco mais, a outra pergunta que eu quero fazer é sobre também essas dívidas que não estão previstas, tipo MP vai lá e obriga ou determina a aquisição ou compra de alguma coisa e também o impacto do precatório, qual é o impacto disso para a cidade, dessas dívidas? Por favor!”. Em continuação o **Senhor Cristiano Rezende Penha** responde: “A primeira é pergunta sobre os investimentos, sobre a questão do custeio, olha realmente nos últimos anos, com a crise econômica, como isso afetou a arrecadação do Município, eu falei lá do caso do ICMS, que o nosso índice caiu, a gente perdeu muita receita com essa história do índice do ICMS, e o que é o índice do ICMS? Ele reflete a produção na cidade, o valor adicionado aqui nas empresas da cidade, então de o índice caiu, foi porque o valor adicionado sofreu uma queda muito grande e isso impactou na nossa receita; custeio é muito difícil você cortar, porque você já tem as escolas funcionando, o hospital funcionando, posto de saúde, os programas sociais, a folha de pagamento, a dívida, então assim, como que você vai cortar? São cisas que você não tem muita margem para cortar, a não ser que você corte e você vai comprometer serviços que são prestados diretamente à população. Então onde você corta? Não só a Prefeitura de Hortolândia, todos os órgãos fazem isso, vão cortar no investimento, vão tentar garantir pelo menos o andamento das obras que já estão sendo executadas e vão adiar os novos investimentos, foi isso que aconteceu nos últimos anos, a gente tentou espremer, teve um esforço muito grande desse governo, do governo anterior também que pegou uma parte da

Clodoaldo



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

crise, de apertar o custeio o máximo que podia tentando não comprometer os serviços prestados à população; e aí onde foi cortado? Foi cortado no investimento, o investimento é o que sofre mais; então é muito difícil nessa situação, você alocar uma parte significativa do orçamento, parte do Tesouro, para investimento, aí o pessoal vai buscar empréstimo para fazer as obras que o Município precisa para continuar crescendo, para continuar atraindo novas empresas, porque se você atrai novas empresas, no futuro você aumenta a receita do Município, então é isso, tem essa necessidade de buscar empréstimo porque o investimento com recurso do Tesouro, nesses momentos de crise, ele fica completamente comprometido, ao contrário do que a gente viu, por exemplo, lá no governo Lula, que eu peguei de 2006 a 2010 na Prefeitura, você tinha uma receita, como a economia estava crescendo muito, chegou a crescer 8% em 2010, a receita do Município estava crescendo também de forma acelerada, e aí você tinha uma margem de investimento com recurso do Tesouro muito maior, era muito mais fácil na hora de montar o orçamento você encaixar essas demandas que as secretarias têm, a secretaria de obras, era muito mais fácil você conseguir R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais), R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) dentro do orçamento, hoje está quase impossível. O precatório até o momento, ele impacta para a gente em torno de 1% da receita corrente líquida, então ao longo dos últimos anos, pelo montante que a gente tem de precatórios para pagar, que o Tribunal tem esse controle, o Tribunal de Justiça, então para nós, de acordo com esse montante de precatórios, é definido o percentual de 1%, acho que agora subiu um pouquinho, estão 1.08%, tem município que já está pagando 2% da receita corrente líquida, Sumaré está pagando em torno disso, Hortolândia não tem tantas dívidas assim porque é um Município mais novo, então para nós gira em torno de 1%, vocês viram receita corrente líquida de quase R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), então para o ano que vem é em torno de R\$6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil reais) para pagar precatórios, que a gente considera como dívida, é dívida do Município, na hora que você está montando o orçamento, uma das primeiras coisas que a gente olha é dívida e os precatórios, e deixa lá o recurso, você não tem como cortar isso, porque você tem que pagar de qualquer jeito, não tem escolha, mas é um valor considerável, se você pegar e ver toda a dívida que o Município tem junto com os precatórios, em torno de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por ano, não é pouco, mas são dívidas que vão aparecendo, muitas vezes não tem a ver com esse governo, veio lá dos primeiros governos de Hortolândia, não tem muito o que fazer”. Prosseguindo com as perguntas o **Senhor Edvan Campos de Albuquerque** questiona: “Você colocou que, voltando um pouquinho ao tema da ponte estaiada, paga em média R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) cada parcela, vai dar em torno de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) por ano, a hora que concluir esse novo empréstimo que foi aprovado aqui, que está para chegar, será que não vai viabilizar o nosso orçamento?”. Em seguida o **Senhor Cristiano Rezende Penha** responde: “Eu acredito que não, porque nós temos algumas dívidas que a gente paga, que elas vão acabar até a gente começar a pagar esse novo empréstimo, essas dívidas vão desaparecer, vou dar um exemplo, a gente tinha uma dívida com a Dell que era daquele acordo do ‘PROEMP’, fazia parte do acordo que você tinha que devolver uma parte do recurso, ela gerou muito ICMS para a gente, então dentro desse acordo você devolveria uma parte para a empresa, então essa dívida por exemplo, acabou o ano passado, então esse ano já deixei de pagar R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) dessa dívida, eu tenho a dívida do ‘Horto-água’ que também foi uma dívida dos primeiros governos lá de Hortolândia que apareceu aí durante o governo Meira, que a gente teve que fazer um acordo, uma dívida de mais de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) que a Prefeitura corria o risco de ter o recurso sequestrado das contas se não fizesse um acordo para pagar essa dívida, aí foi feito um



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

parcelamento, esse parcelamento por exemplo, que é um valor alto, um valor de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) por ano, ele está, se não me engano ele tem mais uma parcela o ano que vem, aí acaba, então assim, tem dívidas que estão acabando e estamos entrando com uma nova dívida, que não é ruim essa dívida, desde que a economia fique estabilizada, que o dólar não tenha uma disparada, porque o juro dela é muito baixo, é muito mais barato você pegar esse empréstimo fora, que é um empréstimo externo, a taxa de juros é muito menor, do que você pegar um empréstimo aqui dentro, por esse lado vale à pena; eu acho que não vai comprometer por causa disso, e também tem uma expectativa de que essas obras ajudem a atrair novos investimentos para a cidade, novas indústrias, daí você eleva a arrecadação do município também, espero que sim". Novamente com a palavra o **Senhor Vereador Cleuzer Marques de Lima** questiona: "Cristiano, queria fazer uma pergunta também em cima da que o Vereador está comentando, que para nós aqui Vereadores é extremamente importante e temos uma grande responsabilidade, os Vereadores aqui vão lembra que nós autorizamos um parcelamento de dívida de R\$2.275.000,00 (dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais), eu queria que você explicasse um pouco que a dívida que tem, também, não é só contraída de empréstimos, por exemplo, uma empresa quando não tem, reajustada, ela vai cobrar judicialmente e se a Prefeitura não pagar, vai ocorrer o que você está dizendo de ter o recurso sequestrado, então seria importante você dizer isso para quem está nos assistindo e para todos nós que estamos aqui, por favor!". Com o prosseguimento da explanação o **Senhor Cristiano Rezende Penha** responde: "É, nos últimos anos, mais uma vez por conta da crise econômica, dificuldade toda de arrecadação, orçamento muito apertado e assim, a gente tinha grandes obras em execução no Município, obras que foram contratadas antes da crise começar, como a ponte estaiada ou o parque linear, o lote dois do parque linear por exemplo, o lote três também, obras com muito valores elevados, a inflação na época também estava bem mais elevada que hoje e isso gerou um custo, um reajuste para nós, a partir do momento que passa um ano da execução da obra, as medições sofrem reajustes de acordo com a inflação daquele período, e como eram obras de valores muito elevados, como a ponte estaiada ou o parque linear lote dois, e nesse cenário do orçamento totalmente comprometido, crise econômica, dificuldade de arrecadação, você não conseguia naquele momento, a gente não conseguiu naquele momento direcionar o orçamento para pagar esses reajustes de valores elevados, o governo não priorizou isso até para não comprometer outras coisas, programas sociais por exemplo, áreas da saúde, educação, etc., então assim, a gente não conseguiu realmente pagar esses reajustes naquele momento, acho que em alguns casos foi feita negociação, foi tentado parcelamento, em alguns casos as empresas concordaram com o parcelamento, entenderam essa situação, mas acabou virando uma dívida porque você realmente, de acordo com os contratos, você tem que pagar esses reajustes, não tem como fugir disso, então assim, foi uma combinação de fatores que levou a essa ação, mas é uma dívida realmente que virou uma dívida para o Município, nós temos que fazer todo o esforço possível para que isso não ocorra novamente nessas obras, por exemplo, desse novo empréstimo". Prosseguindo com as perguntas o **Senhor Edvan Campos de Albuquerque** questiona: "Para finalizar, você colocou agora que os empréstimos internacionais saem mais baratos que os nacionais, é isso?". Em continuação o **Senhor Cristiano Rezende Penha** responde: "O juro é mais barato, o juro lá fora é muito mais barato que o nosso aqui, então a taxa de juros cobrada lá no empréstimo como esse da ponte estaiada ou desse novo da CAF é um empréstimo muito mais barato do que um empréstimo da Caixa ou do Banco do Brasil, então por isso que vale à pena". Novamente com a palavra o **Senhor Vereador Edvan Campos de Albuquerque** questiona: "Mesmo em dólar? Que só eleva?". Em seguida o **Senhor Cristiano Rezende Penha** responde: "Não. Estou falando só a questão do juro, aí você tem esse

Araceli



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

componente que você não controle que é o dólar e aí, dependendo da situação, pode ser que fique, mas não dá para afirmar que ficou mais caro ou mais barato assim, mas o juro é mais barato, numa situação que você não tem uma crise econômica, que o dólar fique estabilizado ou até caia, pode ser vantajoso”. Prosseguindo com as perguntas o **Senhor Vereador Cleuzer Marques de Lima** indaga: “Cristiano, só para finalizar, queria fazer uma outra pergunta, em cima de todo esforço que qualquer gestão faça para enxugar, espremer, qual que é o impacto, por exemplo, a gente tem muita questão de convênios, acho que foi a PEC 55, esse repasse de recurso do governo, sobretudo do governo federal, o que isso impacta para os municípios, sobretudo para o Município de Hortolândia?”. Em resposta o **Senhor Cristiano Rezende Penha**, explana: “Se não me engano, essa PEC que você está falando é a que congelou os gastos do governo federal por 20 (vinte) anos, que criou um teto de gastos, então assim, o governo federal, aquilo que ele gastou, se não me engano, em 2017, só pode ser corrigido pela inflação nos próximos anos, então ele só vai poder gastar aquilo que ele gastou em 2017 mais a inflação a cada ano, então assim, o orçamento do governo federal está cada vez mais apertado, você tem várias coisas pressionando ali dentro do orçamento do governo federal, a previdência, o gasto com a folha, o próprio custeio da máquina em geral, e aí, se o gasto do governo está congelado, está congelado praticamente, está corrigindo pela inflação, ou seja, ele está congelado, significa que vai apertar do outro lado, eles vão ter que apertar em algum lugar, nós podemos discutir aqui várias formas de reforma da previdência, mas enquanto a previdência estiver com o gasto aumentando ali dentro do orçamento, a folha de pagamento aumentando, onde ele vai cortar? Ele vai cortar nos investimentos, ele vai cortar nesses convênios, é isso, então até a tentativa que eles querem, que eles estão fazendo lá da reforma da previdência, é para aliviar o orçamento nesse sentido, agora podemos discutir a reforma da previdência, que tipo de reforma vai ser feito, quem vai sair prejudicado, mas a ideia central é essa, economizar na previdência para que sobre recurso para outras áreas, para que sobre recurso para investimento, para qualquer outra coisa, mas é isso, você tem um teto, mesmo que a arrecadação do governo cresça mais que a inflação, o governo não pode gastar mais que a inflação, do que está sendo corrigido, então congelou por 20 (vinte) anos, isso com certeza vai comprometer os repasses para o Município nos próximos anos, certeza”. Em continuação o **Senhor Vereador Eduardo Lippaus** indaga: “Cristiano, gostaria de pedir a gentileza, se você pudesse estar explicando um pouquinho mais a questão do RCL, receita corrente líquida e explicar até para responder uma pergunta a questão de quantos % que está hoje, nossa folha de pagamento e em cima de qual receita que esse percentual é calculado? Para a gente poder ter um acompanhamento mais de perto, por favor!”. Em seguida o **Senhor Cristiano Rezende Penha** responde: “O percentual é sempre calculado em cima da receita corrente líquida, hoje ele está girando em torno de 49% da receita corrente líquida, o limite prudencial é 51.30%, então assim, a gente está bem próximo do limite, nesse orçamento ficou também em torno disso, em torno de 49%, 50% da receita corrente líquida o gasto com a folha, o que é a receita corrente líquida? É a receita corrente do Município, já não entra receita de capital, não entra essa receita de obras, de empréstimos, é a receita corrente, aí você desconta algumas coisas, principalmente contribuição, se não me engano, a contribuição dos servidores, instituto de previdência, tem algumas receitas que você desconta da receita corrente e aí você chega no valor da receita corrente líquida, por isso que é receita corrente líquida, desconta algumas receitas, principalmente do instituto de previdência ali dentro, aí fica lá receita corrente líquida, esse cálculo da folha é em cima da receita corrente líquida, que seria a receita disponível, vamos dizer, para pagar a maior parte das despesas com folha do Município, então por isso que adotaram esse parâmetro na lei de responsabilidade fiscal, agora a gente está bem próximo do limite, por conta até da crise, o que aconteceu nos últimos anos? A receita com a folha veio crescendo, porque foi dada a inflação, foi

De acordo



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

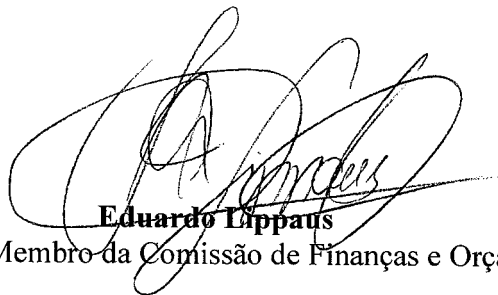
dados aquele 3,79 (três e setenta e nove) parcelado, então a receita com a folha veio crescendo mais do que a receita, então automaticamente o percentual foi subindo, a gente tinha lá no começo, lá me 2013, 2014, o percentual era em torno de 43%, e se eu não me engano, em 2016 chegou até estourar o limite prudencial, fechou acima de 51.30%, ficou 51.40%, depois a gente conseguiu reduzir, mas ainda está em torno de 50%, ou seja, está bem perto do limite”. Novamente com a palavra o **Senhor Vereador Eduardo Lippaus** indaga mais uma vez: “Ok! Eu só gostaria de ponderar aqui, foi passado aqui a questão de encargo pessoal e encargos sociais em torno de 45%, foi passado investimento em torno de 13%, obras em torno de 17%, saúde 27%, educação 28%, cultura/esporte 2% e administração 4% esse foi o quadro, está em cima dessa receita líquida”. Na sequência o **Senhor Cristiano Rezende Penha** explica: “Não! Esse 45% de gasto com a folha é em cima do orçamento da Prefeitura, não é em cima da receita corrente líquida, é aquele gráfico que passei que tem as categorias econômicas, então ele tem lá despesa corrente, investimento, dívida, e tem lá folhas de pagamentos, é em cima dos R\$756.000.000,00 (setecentos e cinquenta e seis milhões de reais), não lembro, o recurso da Prefeitura, não exatamente receita corrente líquida, então quando considera só receita corrente líquida aí dá um percentual maior”. Com a palavra o **Senhor Vereador Eduardo Lippaus** responde: “Ok, obrigado! E no tocante a segurança pública eu pude observar que nós só temos uma ação prevista na LOA”. Em continuação o **Senhor Cristiano Rezende Penha** explica: “É, na verdade eles têm outras lá, eu que destaquei essa, que acho que é a mais importante, mas eles têm a ação de manutenção de unidade, que tem um recurso considerável, a própria folha de pagamento da segurança tem um valor considerável, que tem um custo elevado, a Guarda; eu destaquei aquela porque eu achei que era a mais importante, mas tem outras ações lá dentro também”. Mais uma vez com a palavra o **Senhor Vereador Eduardo Lippaus** indaga: “Ok! Eu quero agradecer, queria deixar registrado aqui, até fazer um pedido para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Clodoaldo, queria deixar público o pedido para que a gente pudesse ampliar a nossa publicidade a divulgação dessa Audiência Pública, que ao meu ver é tão importante para a população, porque aqui está sendo decidido, definido aquilo que vai acontecer no ano de 2019 e que nós pudéssemos a partir das próximas, tornar essa audiência em horários mais flexíveis para ampliar a participação da população e daqueles que nós estamos representando aqui. Muito obrigado Cristiano”. Para finalizar, passa-se a palavra ao **Senhor Vereador Clodoaldo Santos da Silva**: “Agradeço então a sugestão também do Vereador Eduardo, que também faz parte da Comissão, que nos ajuda, Vereador Ceará, eu vou abrir para o público, tem alguém que tem alguma pergunta? Então gostaria de agradecer o Cristiano, agradecer também ao Secretário de Finanças e dessa forma, declaro encerrada a Audiência Pública do dia de hoje. Obrigado”. Sendo assim, e não havendo mais nenhuma manifestação para qualquer esclarecimento e nada mais a tratar, o Senhor Vereador Clodoaldo Santos da Silva, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declarou encerrada a presente Audiência Pública às 11h30min, da qual eu _____ (Vivian Cristina Fabiani), servidora designada para o ato, lavrei a presente Ata, que segue também assinada pelo Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento e pelos demais vereadores presentes.

Clodoaldo Santos da Silva

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

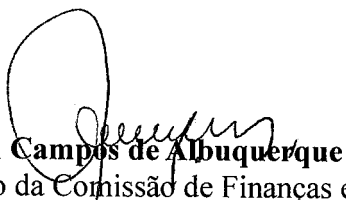


CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA



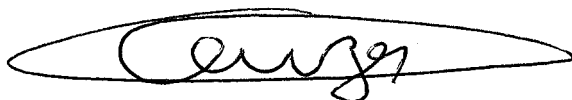
Eduardo Lippaus

Vereador e Membro da Comissão de Finanças e Orçamento



Edvan Campos de Albuquerque

Vereador e Membro da Comissão de Finanças e Orçamento



Cleuzer Marques de Lima

Vereador da Câmara Municipal de Hortolândia



Reginaldo Roberto Rodrigues da Costa

Vereador da Câmara Municipal de Hortolândia



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

- Lista de presença da Audiência Pública, do dia 21 de novembro de 2018, às 10:00h, no Plenário Geraldo Costa Camargo, na Câmara Municipal de Hortolândia, para discussão do Projeto de Lei nº 139/2018, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Hortolândia para o exercício de 2019.

NOME	RG	ASSINATURA
Cleuzer Marques	26218171-2	
Ednardo Lippans	19.529.873-1	
Teresa Santos	6.103.720-5	
Cristine R. Pinho	28.861.506-2	
Aureo Ap. Jospin Piva	44.698.155-6	
Roberta Trovelli	32.190.858-2	
Talissa Jospin	44.463.446-0	
Daniela Gagliardi	44.893.369-x	
ALEXANDRE DE F. NOVO	53.836.979-6	
LEONARDO D.A. FACCHINI	40637659-6	
Raquel Valentim da Cunha	20.674.231-x	
José A. Moscardini	19.187.288-x	
Luiz Carlos Marques	21.818.726-9	
Marcos C. de Aquino	25.032.416-7	
Josely Ap. C.C. Rossi	9.573.824-1	
Ubiratan P. Sabran	44.483.235-9	
Paulo Roberto de Paula	10.168.422	
Suzi Maria Alcântara	33.873.436-3	
Marehna de Araújo Monteiro	27167616-4	



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

- Lista de presença da **Audiência Pública**, do dia **21 de novembro de 2018**, às 10:00h, no **Plenário Geraldo Costa Camargo**, na Câmara Municipal de Hortolândia, para discussão do **Projeto de Lei nº 139/2018**, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Hortolândia para o exercício de 2019.

NOME	RG	ASSINATURA
Reginaldo R. de Costa	22553816-7	
Dodado S. de S.	34292194-0	
Edmundo Lippans	19529873-1	
Heldebrando de Melo Costa	16.125.862-1	
Cina Flávia B. Passos	32.188.563-6	
Marcia T. Z. Barone	37.631.771-1	
Pamela Vitória B. da Costa	52676626-8	Pamela Vitória B. da Costa
Ederson Albuquerque		
Roseli Curcio	18025623-3	
Anderson S. P. Pereira	43881313-3	
Marcia Helena	7.629.305	